

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº de 2018

(do Sr. Celso Pansera)

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para discutir a situação econômica da área de Ciência e Tecnologia e a crise das Universidades brasileiras.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para discutir a situação econômica da área de Ciência e Tecnologia e a crise das Universidades brasileiras, no contexto da proposta orçamentária para 2019.

Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da audiência, os seguintes especialistas e autoridades:

- Abílio Baeta Neves, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Marcos Cintra, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);

- Mário Neto Borges, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Nísia Trindade, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);
- Reinaldo Centoducatte, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Sebastião Barbosa, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

JUSTIFICATIVA

As perspectivas para a ciência brasileira são trágicas. Os crescentes cortes nos recursos de investimento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) têm afetado todo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), colocando em risco os avanços obtidos nos últimos anos. Com a Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o Teto de Gastos, o cenário para 2019 é ainda de maior degradação do sistema.

Criado para financiar pesquisas estratégicas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) arrecadará R\$ 4,2 bilhões em 2019 nas projeções da equipe econômica do governo. No entanto, apenas R\$ 841 milhões serão repassados à Finep, responsável pela gestão dos projetos de pesquisa, valor 20% menor do que o aprovado em 2018. É escandaloso que 80% dos recursos arrecadados pelo fundo não sejam investidos em CT&I, como define a Lei, mas sim confiscados para a Reserva de Contingência com o único intuito de fazer superávit primário e custear gastos financeiros do governo com a dúvida pública.

Por mais importante que seja a saúde fiscal do governo central, esse desvio de função dos recursos não auxilia na desejada recuperação econômica do País. São muitos os exemplos de países que, em momentos de crise econômica, investiram fortemente em CT&I como via de crescimento. O Brasil, no entanto, tem ido na contramão da experiência mundial.

As agências responsáveis pelo financiamento da pesquisa brasileira podem não serem capazes de sobreviver ao constante arrocho. A

Capes, que em agosto deste ano enviou carta ao Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, alertando para a situação dramática da instituição, com ameaça de não ser capaz de continuar a honrar com os pagamentos para 105 mil bolsistas já a partir daquele mês, teve seus recursos para bolsas mantido na PLOA 2019. Ou seja, em 2019 a situação se repetirá, colocando em risco a continuidade dos projetos de pesquisa.

O CNPq passa por situação crítica semelhante. Na PLOA 2019, o governo pretende repassar apenas R\$ 785 milhões para o pagamento de bolsas, valor 26% menor do que o liberado em 2018. Esse volume de recursos é insuficiente para cobrir os compromissos já firmados com os bolsistas e impede a liberação de novas bolsas, colocando todo o sistema de pesquisa em xeque.

Entidades civis como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) têm constantemente denunciado o desmanche do sistema de pesquisa brasileiro e os impactos para a ciência e a educação brasileiras. No entanto, salvo articulações pontuais para liberações de recursos suplementares nas situações mais críticas que veem a público, o governo federal tem se mostrado insensível aos apelos sobre a importância da ciência para o futuro do Brasil.

Neste momento de discussão da proposta orçamentária para 2019 faz-se necessário um olhar cuidadoso para os recursos destinados à CT&I e às universidades federais se o Brasil não quiser jogar fora todas as conquistas obtidas até os dias de hoje. Conquistas estas reconhecidas em todo o mundo como a tecnologia de exploração do pré-sal e a descoberta da vacina para o zika vírus, apenas para ficar em dois exemplos recentes.

A gravidade do cenário descrito nos levam a requerer esta Audiência Pública.

Sala das Sessões, em de outubro de 2018.

CELSO PANSERA
Deputado Federal
PT/RJ